

## A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

GRACIELA DOS SANTOS OLIVEIRA\*, LUCILIA LINO DE PAULA\*\*

### RESUMO

A pesquisa visa apresentar e discutir a implantação dos Núcleos de Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais na Rede Profissional e Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro. O trabalho se desenvolve no âmbito de um projeto maior que tem por objetivo analisar o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação, em especial das tecnologias assistivas, como instrumento facilitador da inclusão de alunos com deficiência, nos Institutos Federais com base no Rio de Janeiro. A formação dos Núcleos representou uma Política Pública estabelecida no ano 2000 e deveria se estender a todos os campi da Rede Federal, no entanto, no Rio de Janeiro, dos 25 campi apenas 5 tem o Núcleo em pleno funcionamento e 5 estão em fase de implantação.

**Palavras-Chave:** Núcleo de Apoio a Portadores de Necessidades Especiais; Política Pública, Rede Federal.

### INTRODUÇÃO

Verifica-se historicamente a presença de pessoas com necessidades especiais na sociedade, e sua exclusão por não estar dentro dos padrões ditos “normais”. A Bíblia nos dá exemplos de pessoas que tinham alguma deficiência e eram vistas como pecadoras ou porque os pais havia pecado, e a deficiência era tratada como um castigo de Deus. (SILVA, 2010: 60-61).

O mercado de trabalho não tinha lugar para esses “pecadores” e foi assim por muito tempo. Atualmente o governo tem lançado programas de incentivo às empresas na contratação de portadores com necessidades especiais. Os concursos públicos, em sua maioria, reservam vagas para serem preenchidas por essa parcela da população. Com isso a procura por educação profissionalizante, por pessoas com necessidades especiais tem crescido significativamente. A rede federal de educação Profissional e Tecnológica é uma dessas

instituições. Com isso faz necessário a criação de políticas públicas para que a profissionalização desses alunos não seja prejudicada.

Uma das políticas públicas no âmbito da educação inclusiva é o Programa TECNEP que promove a inserção das Instituições Federais de Educação Profissional Tecnológica para o atendimento de alunos com necessidades especiais, nos cursos de nível básico, técnico e tecnológico.

O TECNEP é uma iniciativa do Ministério da Educação em parceria com a Secretaria de Educação Técnica e Profissionalizante (MEC/SETEC).

Em 2000 é estabelecida a criação de um Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais o NAPNE, com o objetivo:

...de preparar a instituição para receber as pessoas com necessidades especiais, providenciando a adaptação de currículo conforme a necessidade de cada aluno.  
(MEC, 2013)

A atuação do NAPNE nas instituições busca apoiar os alunos que de excluídos passam a ser incluídos, para que estes permaneçam na instituição até a sua formação. O Núcleo deve ainda promover a conscientização, na Instituição, que o processo de inclusão é responsabilidade de todos os envolvidos no contexto do aluno incluso.

Atualmente 23 Institutos Federais de Educação etc. em 16 estados brasileiros contam com o apoio do Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais.

No estado do Rio de Janeiro, onde está focada a pesquisa maior que estamos realizando no mestrado, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica é representada por 25 campi conforme tabela 1.

**Tabela 1:** Relação dos campi da rede federal do Rio de Janeiro

<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>CAMPUS</b>
<b>CEFET-RJ</b>	Maracanã Nova Iguaçu Maria da Graça Nova Friburgo Itaguaí Maracanã Angra dos reis
<b>IFF</b>	Centro Guarus Macaé Itaperuna Cabo Frio Bom Jesus Quissamã
<b>IFRJ</b>	Arraial do Cabo Duque de Caxias Paulo de Frontin Mesquita Nilópolis Paracambi Pinheiral Realengo Rio de Janeiro São Gonçalo Volta redonda

A criação dos núcleos deve ser feitas por meio de portaria emitidas pela própria instituição onde será implantado o núcleo.

A instituição deve preparar um responsável para estar coordenando toda a atuação do mesmo.

O núcleo deve contar com vários recursos tecnológicos promovedores da inclusão como facilitador na adaptação deste aluno com necessidades especiais.

A fim de identificar qual o melhor *lôcus* da pesquisa do mestrado fez-se necessário realizar um levantamento das instituições do Rio de Janeiro que possuíam o NAPNE. A

princípio o levantamento foi feito por telefone, onde procurei pelos responsáveis desses núcleos.

Em alguns campi ainda não foi implantado o NAPNE, porém em outros já se encontram muito bem estruturados. Através do levantamento percebeu-se que a implantação dos núcleos possuía algumas limitações.

A partir deste levantamento obtivemos o quadro 1 que faz parte dos resultados parciais da pesquisa do mestrado.

**Quadro 1:** Resultado do levantamento

<b>CEFET-RJ</b> (Tem 7 campi, mas nem todos tem o NAPNE implantado e funcionando)	
<b>CAMPUS</b>	<b>INFORMAÇÕES</b>
Maracanã	Tem NAPNE implantado Ainda tentando manter contato com a responsável do Núcleo
Nova Iguaçu	Tem NAPNE que está sendo estruturado Possui alguns materiais de apoio aos alunos. Possui 1 aluno com encurtamento nos dois membros – ele cursa Telecomunicações ou Eletromecânica
<b>IFRJ</b> (Tem 11 campi, a maioria sem Napne ou com eles em fase de implantação)	
Paulo de Frontin	Tem o NAPNE implantado. O material foi comprado: Computadores, impressoras e etc. Kit com recursos cedido pelo governo federal. Possui um aluno autista no curso Técnico em informática para internet. Projeto para conscientização dos professores.
<b>IFF</b>	
Tem 7 campi, e 2 com Napne implantado (Bom Jesus do Itabapoana e Macaé), mas devido à distância não será alvo da investigação	

Como podemos observar no quadro dos 25 campi situados no estado do Rio de Janeiro apenas 5 está em pleno funcionamento enquanto os outros ainda estão se estruturando.

Foram realizadas algumas visitas técnicas em alguns campi, a saber, no CEFET-RJ nos campus Maracanã e Nova Iguaçu, ressaltando que o campus Maracanã é considerado a sede do NAPNE entre os CEFETs.

A partir deste ponto irei relatar um pouco da experiência que presenciei nessas duas visitas.

No Maracanã a atuação do NAPNE está voltada para a conscientização dos funcionários da instituição e dos familiares dos alunos inclusos. Eles promovem oficinas nas semanas acadêmicas, uma delas é o Cine NAPNE que tem por objetivo discutir temas relacionados a educação inclusiva a partir da exibição de filmes. Porém, eles não possuem nenhum tipo de tecnologia assistiva para apoiar esses alunos inclusos. Eles buscam parcerias de instituições como INES – Instituto Nacional de Surdos e O Instituto Benjamim Constant que é centro de referência nacional na área de deficiência visual.

No campus Nova Iguaçu, mesmo estando vinculado a Sede do NAPNE, não é tão atuante quanto o campus Maracanã.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do levantamento realizado por telefone e as duas visitas realizadas até o momento, deu-se para perceber que apenas a criação de políticas públicas não irá resolver o problema da educação profissionalizante de pessoas portadoras de necessidades especiais, ou qualquer outro problema que se tente resolver na educação através deste artifício.

Muitas indagações foram, por mim, levantadas neste início de pesquisa ao me deparar com a realidade dos NAPNEs.

O que pude perceber foi que há muito mais interesse, da parte dos defensores da educação profissional inclusiva do que do próprio governo, ajudar quem realmente precisa de ajuda.

As instituições onde os NAPNEs já foram implantados sofrem diversas dificuldades de propagar a inclusão devido a falta de consolidação dessas políticas. Um exemplo bem claro é a extinção da RENAPI - Rede Nacional de Pesquisa e Inovação em Tecnologias Digitais, que apoiava os NAPNEs com verbas para serem direcionadas ao atendimento de demandas na área da Educação, englobando: desenvolvimento de software, produtos educacionais diversos (jogos, simuladores, laboratórios virtuais e outros), capacitações e treinamentos, ferramentas de educação a distância, processos educacionais, processos de gestão entre outros.

Esses impasses que acontecem em níveis mais superiores na hierarquia governamental refletem de forma negativa no funcionamento dos NAPNEs.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – campus Bento Gonçalves.  
Disponível em: <http://www.bento.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=90&sub=412>. Acesso em 14 de agosto de 2012.

MARQUES, V.; SATRIANO, C. Educando com necessidades educacionais especiais: contribuições da psicologia da educação ao ensino profissional agrícola In: DAMASCENO, A.; PAULA, L. L.; MARQUES, V. (Orgs.). *Educação Profissional Inclusiva: desafios e perspectivas*. Seropédica, RJ: EDUR, 2012.

MEC. Educação. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12779%3Aprograma-tec-nep&catid=190%3Asetec&Itemid=800](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12779%3Aprograma-tec-nep&catid=190%3Asetec&Itemid=800) acesso dia 14 de junho de 2013.

MIRANDA, Theresinha Guimarães. Educação profissional de pessoas portadoras de necessidades especiais. Caderno CRH, Salvador, n. 34, p. 99-123, jan./jun. 2001.

MOTA, R. M. S. A educação especial no ensino profissionalizante das escolas agrotécnicas federais: possibilidade de inclusão. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola. 2008.

Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência – SEDPcD/Diversitas/USP  
Legal – São Paulo, junho/2013

PAPERT, S. A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

SILVA, R. M. O portador de necessidades especiais e o mercado de trabalho. Revista UniABC – v.1, n.2. p.60-74. 2010.

SILVA, I. C. M. A política de educação inclusiva no ensino técnico-profissional: resultados de um estudo sobre a realidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco Campus Vitória de Santo Antão. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola. 2011.

VIEGAS, C. M. C. Educação profissional : indicações para a ação : a interface educação profissional / educação especial / Conceição de Maria Corrêa Viégas, Moaci Alves Carneiro. Brasília : MEC/SEESP, 84 p. 2003.